

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

THIAGO SALES DE OLIVEIRA

AS NULIDADES NO NOVO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

VITÓRIA

2017

THIAGO SALES DE OLIVEIRA

AS NULIDADES NO NOVO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito Processual, na área de concentração Justiça, Processo e Constituição.

Orientador: Prof. Dr. Tárek Moysés Moussallem.

VITÓRIA

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Oliveira, Thiago Sales de, 1990-
O48n As nulidades no novo Processo Civil Brasileiro / Thiago Sales de
 Oliveira. – 2017.
 275 f.

Orientador: Tárek Moysés Moussallem.
Dissertação (Mestrado em Direito Processual) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas.

1. Brasil. [Código de Processo Civil (2015)]. 2. Nulidade (Direito). 3.
Processo civil. I. Moussallem, Tárek Moysés, 1973-.
II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas. III. Título.

CDU: 340

THIAGO SALES DE OLIVEIRA

AS NULIDADES NO NOVO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito Processual, na área de concentração Justiça, Processo e Constituição.

Aprovada em 20 de Junho de 2017 .

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Tárek Moysés Moussallem

Universidade Federal do Espírito Santo

Orientador

Prof. Dr. Flávio Cheim Jorge

Universidade Federal do Espírito Santo

Examinador Interno

Prof. Dr. Samuel Meira Brasil Júnior

Faculdade de Direito de Vitória

Examinador Externo

A todo aquele que, em qualquer das ciências, buscou o oferecimento de uma contribuição digna à construção do verdadeiro conhecimento em sua época.

AGRADECIMENTOS

Apesar da tendência à solidão e à misantropia característica de minha personalidade e condição, não estive totalmente sozinho na execução desta pesquisa. E por isso sou grato, devendo aqui registrar tal disposição.

Agradeço a minha avó Iracy H. Sales (*in memoriam*), de cuja companhia fui privado muito cedo, mas que ressurge todos os dias em minhas memórias e melhores intenções. Vive ainda dentro de minha mente o único ser humano que jamais me deixou.

Ao professor Dr. Marcelo A. Rodrigues, pela análise acurada que realizou de meu trabalho em sede de qualificação e ao professor Dr. Flávio Cheim Jorge, pela compreensão, incentivo e aceitação do exame de meu trabalho nos dois momentos em que tal se fez exigido. Foram e continuam sendo meus referenciais primeiros em Direito Processual Civil.

Ao professor Dr. Samuel Meira Brasil Júnior, pela disponibilidade, incentivo e confiança em minha pesquisa. Também devo agradecer, uma vez mais, ao professor Dr. Tárek Moysés Moussallem, que tem sido meu mentor desde a minha graduação e a quem devo muitos ensinamentos, de cunho acadêmico ou não.

Aos meus amigos, os poucos que tenho, e que a cada dia se tornam mais raros e mais preciosos. Especialmente ao Igor Aquino Franco, ao Marcos Vinicius Messner Delfino e à Mari Mitsutake, que me ajudam cotidianamente na conturbada experiência da humanidade.

Meus últimos agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cuja manutenção financeira cedida por meio de bolsa de estudos possibilitou a realização desta investigação.

Pessoas quietas possuem mentes barulhentas.

Stephen Hawking

RESUMO

A análise das nulidades processuais sempre ocasionará, em alguma medida, considerações ao nível da Teoria Geral do Direito. As próprias características do instituto evidenciam tal conexão. Se não é viável a construção de uma teoria geral das nulidades em virtude das diferenças intrínsecas de cada disciplina, será sempre possível um exame das nulidades a partir da Teoria Geral do Direito. Em suas categorias, fundamentais e comuns a toda a dinâmica jurídica, tal disciplina cede o aporte necessário para o entendimento do instituto em seus aspectos primordiais, ainda não particularizados pelas peculiaridades de cada seara específica. E assim se procede no presente estudo. Nos capítulos iniciais, intenta-se a uma análise das nulidades que, partindo da Teoria Geral do Direito, alcance a Teoria Geral do Processo com dialeticidade de referenciais, coerência e coesão. Para tanto, perpassa-se pelo exame de conceitos basilares como os de norma jurídica, de fato jurídico, de ato jurídico e de processo judicial. Nos demais capítulos, procede-se à definição das nulidades processuais em seus caracteres principais para, em sequência imediata, executar o exame do instituto no contexto do Código de Processo Civil de 2015, analisando os elementos de sua disciplina, de sua principiologia, as inovações fixadas e o significado do instituto em um processo judicial tendente a uma nova feição: desta vez, verdadeiramente democrática.

Palavras-chave: Teoria Geral do Direito. Nulidades Processuais. Direito Processual Civil. Código de Processo Civil de 2015.

ABSTRACT

The analysis of the procedural nullities always will, in some measure, considerations on the General Theory of Law. The characteristics of the institute showed that connection. If it is not viable to build a general theory of nullities in virtue of the intrinsic differences of each discipline, is always possible to an examination of the nullities from the General Theory of Law. In their categories, fundamental and common to all the legal dynamics, that discipline gives the subsidy necessary for the understanding of the institute in its primordial aspects, not yet specific because of the peculiarities of each specific area. And so proceeds in the present study. In the initial chapters, intends to an analysis of the nullities which, starting from the General Theory of Law, reaching the General Theory of the Process with dialectics references, coherence and cohesion. To this end, through the examination of concepts such as the norm, legal fact, legal act and the judicial process. In the remaining chapters, proceeds to the definition of procedural nullities in their principal characters to, in immediate sequence, perform the examination of the institute in the context of the Code of Civil Procedure of 2015, analyzing the elements of their discipline, their principles, innovations fixed and the significance of the institute in a judicial process toward a new feature: this time, truly democratic.

Keywords: General Theory of Law. Procedural Nullities. Civil Procedural Law. Code of Civil Procedure of 2015.

LISTA DE SIGLAS

AgRg - Agravo Regimental

Art. - Artigo

CF - Constituição Federal

CPC - Código de Processo Civil

HC - *Habeas Corpus*

STJ - Superior Tribunal de Justiça

STF - Supremo Tribunal Federal

Resp - Recurso Especial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	O FENÔMENO JURÍDICO	24
2.1	NORMA E FENÔMENO JURÍDICO.....	24
2.2	ALGUMAS PERCEPÇÕES INICIAIS SOBRE A NORMA JURÍDICA.....	25
2.3	CONSIDERAÇÕES SOBRE OS COMPONENTES ESTRUTURAIS DA NORMA JURÍDICA E SUA RELAÇÃO COM O REGIME DAS NULIDADES PROCESSUAIS.....	29
2.3.1	Interação com o dado jurídico e formação das proposições.....	29
2.3.2	Normas jurídicas invalidantes.....	34
2.3.3	A justificada dissidência entre sancionistas e não sancionistas.....	36
2.4	A REGRA JURÍDICA PONTESIANA E A NORMA JURÍDICA DE LOURIVAL VILANOVA.....	39
2.5	NORMAS COGENTES E NORMAS DISPOSITIVAS.....	43
2.6	ATRIBUTOS COMUNS ÀS NORMAS JURÍDICAS.....	45
2.6.1	Existência, validade e eficácia.....	45
2.6.2	Existência e validade: planos seccionados ou uma única dimensão?.....	47
2.6.3	O afastamento da concepção pontesiana de mundo jurídico.....	52

3.	INTRODUÇÃO AO DOMÍNIO DOS FATOS JURÍDICOS.....	56
3.1	DA TEORIA GERAL DO DIREITO PARA A TEORIA GERAL DO PROCESSO.....	56
3.2	FATOS E FATOS JURÍDICOS.....	56
3.2.1	Fatos.....	56
3.2.2	Fatos jurídicos.....	61
3.2.2.1	A classificação de Pontes de Miranda.....	64
3.2.2.1.1	<i>Fatos jurídicos lato sensu.....</i>	<i>66</i>
3.2.2.1.2	<i>Fatos jurídicos stricto sensu.....</i>	<i>67</i>
3.2.2.1.3	<i>Atos-fatos jurídicos.....</i>	<i>68</i>
3.2.2.1.4	<i>Atos jurídicos lato sensu: atos jurídicos stricto sensu e negócios jurídicos.....</i>	<i>69</i>
3.2.2.2	A classificação de Calmon de Passos.....	78
3.2.2.2.1	<i>Fatos naturais e fatos do homem (ou atos jurídicos em sentido amplo).....</i>	<i>79</i>
3.2.2.2.2	<i>Atos-fatos jurídicos.....</i>	<i>81</i>
3.2.2.2.3	<i>Atos jurídicos em sentido estrito, negócios jurídicos e os tipos.....</i>	<i>81</i>
4.	O ATO PROCESSUAL E O PROCESSO JUDICIAL.....	86
4.1	SUPORTES FÁTICOS, HIPÓTESES NORMATIVAS E TIPICIDADE NA NORMA JURÍDICA PROCESSUAL.....	86
4.1.1	Os elementos do suporte fático.....	87
4.1.2	A configuração da hipótese normativa.....	91
4.2	A INCIDÊNCIA.....	93

4.3	O ATO JURÍDICO PROCESSUAL.....	95
4.4	O PROCESSO JUDICIAL.....	99
4.4.1	Processo, procedimento e autos.....	99
4.4.2	O processo como contrato e como quase-contrato.....	101
4.4.3	O processo como relação jurídica.....	104
4.4.3.1	Aspectos gerais.....	104
4.4.3.2	Os pressupostos processuais: passado e atualidade.....	106
4.4.4	O processo como situação jurídica.....	111
4.4.5	O processo como instituição.....	113
4.4.6	O processo como procedimento em contraditório.....	115
4.4.7	O processo como método argumentativo de resolução das controvérsias..	117
4.4.8	A teoria constitucionalista do processo.....	118
4.4.9	A teoria neoinstitucionalista do processo.....	121
4.4.10	O processo como tipo complexo de formação sucessiva.....	123
4.4.11	Outras aproximações.....	126
5.	ASPECTOS INTRODUTÓRIOS À DISCIPLINA DAS NULIDADES NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO.....	128
5.1	PROCESSUALIDADE, COMPONENTES E ELEMENTOS DO ATO PROCESSUAL. PERFEIÇÃO E IMPERFEIÇÃO DOS ATOS.....	128
5.1.1	Retomada da definição dos critérios para a aferição da processualidade do ato jurídico.....	128
5.1.2	Componentes e elementos do ato processual.....	130

5.1.3	Perfeição e imperfeições do ato processual.....	133
5.1.3.1	Noções gerais.....	133
5.1.3.2	Vícios essenciais e não essenciais.....	134
5.1.3.3	O esquema de gradação dos vícios.....	136
5.1.3.4	Vícios de forma e vícios de fundo.....	137
5.1.3.5	Vícios preclusivos, rescisórios e transrescisórios.....	139
5.1.3.6	Tipicidade ou atipicidade dos atos processuais.....	140
5.1.3.7	Vícios sanáveis e vícios insanáveis.....	145
5.1.4	A questão dos negócios jurídicos processuais: a expansão de um regime de invalidades? Processualidade e controle da validade dos negócios jurídicos processuais.....	146
5.2	INVALIDADES PROCESSUAIS.....	153
5.3	A INEXISTÊNCIA JURÍDICA PROCESSUAL EM CONTRASTE COM A (IN) VALIDADE PROCESSUAL.....	164
6.	AS NULIDADES NO NOVO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO, PRIMEIRA PARTE: CONFIGURAÇÃO E DEFINIÇÃO.....	169
6.1	AS NULIDADES E O PROCESSO CONTEMPORÂNEO	169
6.1.1	Algumas percepções sobre o modelo atual de processo.....	169
6.1.2	A feição contemporânea das nulidades.....	174
6.1.2.1	Alinhamento ao modelo constitucional de processo.....	174
6.1.2.2	Tipicidade constitucional e tipicidade processual.....	178
6.2	A NULIDADE NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	184

6.2.1	Configuração (amplitude semântica do tema).....	184
6.2.2	Tratamento terminológico no Código de Processo Civil de 1973.....	185
6.2.3	Tratamento terminológico no Código de Processo Civil de 2015.....	187
6.2.4	A nulidade processual como sanção: entre o Código, a ciência processual e a Teoria Geral do Direito.....	190
6.2.5	Classificação adotada e direcionamento constitucional da sanção de nulidade.....	199
6.3	ANOTAÇÕES PRELIMINARES AO ATUAL REGIME NORMATIVO DAS NULIDADES.....	202
6.3.1	Regras e princípios.....	202
6.3.2	Cláusulas gerais e conceitos jurídicos indeterminados: outras espécies normativas?.....	206
7.	AS NULIDADES NO NOVO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO, SEGUNDA PARTE: PRINCÍPIOLOGIA E REGRAMENTO.....	209
7.1	PRINCÍPIOS E REGRAS REGENTES DAS NULIDADES NO CONTEMPORÂNEO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO.....	209
7.1.1	O princípio do devido processo legal: sentido na teoria das nulidades processuais.....	209
7.1.2	O princípio da validade apriorística dos atos processuais: a primeira barreira.....	210
7.1.3	O princípio da instrumentalidade das formas: salvaguarda da efetividade.....	214

7.1.3.1	A finalidade.....	217
7.1.3.2	O prejuízo.....	220
7.1.4	O princípio do contraditório: participação real e segurança.....	223
7.1.5	O princípio da boa-fé: diretrizes para a atuação dos sujeitos do processo.....	226
7.1.5.1	Generalidades.....	226
7.1.5.2	Repressão às nulidades de algibeira.....	229
7.1.6	O Princípio da Cooperação: o aperfeiçoamento de uma comunidade de trabalho processual.....	232
7.1.6.1	Aspectos gerais.....	232
7.1.6.2	A gestão compartilhada da validade do processo.....	236
7.1.7	A regra do interesse: possibilidade de insurgência.....	238
7.1.8	A regra da contaminação (causalidade): a restauração do procedimento....	241
7.1.9	O princípio da primazia da resolução do mérito: reforço ao objetivo primordial do processo.....	243
8.	AS NULIDADES NO NOVO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO, TERCEIRA PARTE: O JUÍZO DE INVALIDAÇÃO E OUTRAS QUESTÕES.....	249
8.1	O JUÍZO DE INVALIDAÇÃO.....	249
8.1.1	Primeiras considerações.....	249

8.1.2	Propostas acerca do juízo de invalidação.....	251
8.1.3	Questões prévias à invalidação.....	252
8.1.4	O juízo de invalidação.....	258
8.1.4.1	Para atos jurídicos processuais <i>stricto sensu</i>	258
8.1.4.2	Para negócios jurídicos processuais.....	260
8.1.5	Insurgência contra a decisão exarada no juízo de invalidação.....	262
9.	CONCLUSÕES.....	265
10.	REFERÊNCIAS.....	267

1 INTRODUÇÃO

É recorrente, na doutrina processual civil passada ou contemporânea, a assertiva de que o tema das nulidades é um assunto pertinente à Teoria Geral do Direito. Em tal disciplina, consonante essa mesma afirmação, encontrar-se-ia os fundamentos para a compreensão do instituto em seus aspectos mais íntimos, antes de tomá-lo na configuração que assume quando inserto em uma disciplina regida por princípios específicos que lhes adicionam particularidades.

Poucos são os processualistas, contudo, que ultrapassam os limites semânticos do direito processual civil buscando uma tentativa de inteligência do instituto das nulidades em sua configuração mais original. Galeno Lacerda, autor do primeiro grande trabalho sobre o tema na doutrina pátria, elogia o tratamento com o qual Francesco Carnelutti realiza a divisão dos vícios essenciais em nulidades absolutas, nulidades relativas e anulabilidades, apontando-o como pertinente à Teoria Geral do Direito.¹

Os elementos-chave de sua construção científica atinente às nulidades processuais, desenvolvida no livro *Despacho Saneador*, não são totalmente típicos do meio processual, dizendo respeito também a uma disciplina cientificamente autônoma que orienta a própria Teoria Geral do Processo. A cogência ou a dispositividade de uma norma, especialmente, não é um atributo que diga respeito somente às normas processuais, mas possivelmente a todas as normas de um ordenamento.

Mais contemporaneamente e com mais profundidade, José Joaquim Calmon de Passos, em seu *Esboço de uma Teoria das Nulidades Aplicada às Nulidades Processuais*, obra que unifica dois trabalhos produzidos em partes distintas de sua jornada investigativa, elucida a relação entre a Teoria Geral do Direito e as nulidades processuais com uma capacidade analítica única e com distinção sobre qualquer trabalho relevante até então produzido pela comunidade científica a qual pertencia.²

¹LACERDA, Galeno. **Despacho Saneador**. 2. ed. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1985. p. 71.

²Cf. PASSOS, José Joaquim Calmon de. **Esboço de uma teoria das nulidades aplicada às nulidades processuais**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

Seu intento, entretanto, desdobrou-se prioritariamente sob a égide do Código de Processo Civil de 1973, permeado por um contexto constitucional muito distinto do atual. Momento em que não se poderia pretender, apesar do caráter progressista de sua obra, traçar um panorama seguro sobre o futuro do direito processual a ser cultivado e aplicado no território nacional. A Constituição Federal de 1988 estabeleceria, em muitos pontos, um contraste com o processo arquitetado em plano infraconstitucional.

Com ela, a sociedade se reorganizou politicamente. E a política dita o direito segundo os anseios de sua sociedade. Direito que é descrito nas formas particulares de uma ciência específica, que quando bem construída e delineada, registra os passos evolutivos não só do conjunto normativo de uma comunidade, mas também da forma de consciência específica de uma civilização. Consciência esta que, de tempo em tempos, introduz modificações fundamentais por intermédio das leis.

O novo Código de Processo Civil exemplifica essa tendência. Elaborado para um novo século, toma de imediato o caráter de uma codificação prospectiva, que se impõe com durabilidade e não somente como mecanismo de solidificação de conquistas anteriores ou de regulação de práticas bem aceitas na realidade social. É por isso, também, um Código de dúvidas, cujas respostas dependerão da minúcia de seus aplicadores e das reações da comunidade.

Essa interseção entre o direito e a realidade social é bem evidenciada pelas nulidades. Esta é, pois, uma matéria que diz respeito à conformidade de dois planos distintos: aquilo que prescreve o sistema jurídico e aquilo que é efetivado na realidade social. Na conformidade de diretrizes normativas e fatos, encontra-se a validade. Na desconformidade, a potencial invalidade. E entre os dois campos, os sujeitos participantes do fenômeno processual: exercitando direitos e realizando deveres.

Muitos outros argumentos poderiam ser tecidos para justificar a importância do tema. Talvez um que não deva ser esquecido é a necessidade, frente à referida codificação, da edificação e análise atual de seus institutos. Em um novo tempo, o tema das nulidades perde parte de sua feição burocratizada, tendente a encarar o regime jurídico das invalidades como um instrumento de inspeção do processo judicial, para adquirir uma nova compleição, desta vez, destinada à realização da Constituição.

Em sua análise contemporânea, jamais poderia ser omitido o forte apelo constitucional: o regime jurídico das nulidades reflete diretamente a conformação e o relacionamento de princípios jurídicos processuais constitucionais de inquestionável importância, como o devido processo legal, o contraditório e a motivação das decisões judiciais. É, pois, uma extensão da força normativa dos mesmos, cuja sistematização permite a coexistência positiva de tais.

Não se tem maiores intenções, neste estudo, do que aquelas cultivadas por um cientista de qualquer seara. Intenta-se a explicação do objeto escolhido, do fenômeno em seus aspectos relevantes. Não se descuida, por isso, de suas particularidades primordiais: de sua constituição linguística e, por tal, de sua submissão a uma forma específica de lógica. Tampouco de seu caráter cultural e de sua feição sistemática, ínsita ao seu grau de racionalidade, sendo também esta dependente de seus agentes.

Essas particularidades serão expostas ao nível da Teoria Geral do Direito. Esta é a disciplina que permite uma maior verificação das características presentes na composição do objeto analisado. Verdadeiramente, as nulidades processuais civis demonstram, à diferença de muitos institutos processuais, uma conexão muito mais evidente com aquela disciplina. Procura-se explorar minuciosamente as dimensões desta hipótese.

Nesse intuito, a análise se desenvolverá, em um primeiro momento, a partir da Teoria Geral do Direito, aprimorando-se através de um diálogo contínuo entre esta e a Teoria Geral do Processo, ponto de revelação da configuração definitiva das nulidades processuais. Após, proceder-se-á à análise dos demais aspectos do instituto, especialmente, no que se refere às inovações trazidas pela nova codificação processual, caracterizada por toda doutrina por seu caráter democrático.

O primeiro capítulo desta análise é destinado à apresentação do fenômeno jurídico, da forma como entendido pelo investigador. Atribui-se à própria norma jurídica a caracterização de elemento basilar dessa dinâmica, em cujos elementos podem ser constatadas referências diretas aos âmbitos pelos quais perpassa a realização do direito. Os principais atributos dessas unidades também não deixam de ser realçados, assim como a sua conformação sistêmica.

O segundo capítulo continua a explorar essa suposição, imiscuindo-se junto à teoria do fato jurídico. Como fração da Teoria Geral do Direito que é, tal seara concede o suporte

para uma compreensão mais apurada das nulidades processuais ao expor uma segunda feição do instituto, oportunizando, ainda, o detalhamento de classificações compartilháveis com a Teoria Geral do Processo, criando uma via de interação entre as duas disciplinas.

O terceiro capítulo, por sua vez, fixa a investigação definitivamente junto à seara processual, sem obliterar o diálogo com a via precedente, que permanece contínuo. Neste capítulo, as perspectivas iniciais sobre o ato jurídico processual, a tipicidade, a incidência e o horizonte para o qual estes institutos concorrem - o processo judicial - são examinadas para subsidiar a apresentação dos aspectos principais das nulidades processuais no capítulo subsequente.

O quarto capítulo explora a dinâmica dos atos processuais - atos jurídicos *stricto sensu* e negócios jurídicos - no que importa ao entendimento da disciplina das nulidades processuais civis, voltando-se para o específico de sua processualidade, de sua composição, tipicidade e atipicidade, de forma a situá-los sob esse regime de normas. Nele também são desenvolvidas as primeiras noções sobre a ampla categoria da invalidade, bem como alguns apontamentos sobre a inexistência jurídica.

O quinto capítulo situa o tema das nulidades em seu aspecto mais contemporâneo: sua submissão a um modelo constitucional de processo, reforçado mesmo ao nível da legislação ordinária, que a direciona para uma terceira feição, agora processualmente constituída, de salvaguarda dos direitos fundamentais processuais imprescindíveis ao exercício do devido processo constitucional pátrio. Conjuga-se, para estes fins, a preconização de sua função sancionatória.

O sexto capítulo examina as principais normas da disciplina das nulidades no contexto do atual Código de Processo Civil. As mudanças e aperfeiçoamentos são evidenciados, especialmente no contexto de princípios que instauram uma nova forma de administração das nulidades: uma gestão compartilhada da validade. E partir de tais, intenta-se o delineamento de um itinerário que represente o juízo de invalidação - ou um juízo sobre a validade - de qualquer fato jurídico processualmente reconhecível.

O sétimo capítulo cuida, *in loco*, da proposta de um juízo de invalidação no que diz respeito à aplicação das nulidades e da anulabilidade, levando em consideração as especificidades de cada fato jurídico cuja validade esteja sob questionamento: se ato jurídico *stricto sensu* ou se negócio jurídico. Para tanto, utiliza-se da contemporânea principiologia

anteriormente exposta na projeção de tal itinerário, abordando-se também outros aspectos decorrentes de sua resolução.

Espera-se que com as posições aqui assumidas não se tenha atentado contra o brilhantismo ímpar dos referenciais utilizados. Buscou-se, sempre, a discussão das concepções referentes a institutos em comum. Não se ambiciona, apenas com esta singela investigação, qualquer tipo de equiparação com as grandes mentes do passado. Preconiza-se, verdadeiramente, a renovação de suas contribuições para este novo tempo, especialmente no que concerne à seara processual civil.

Além dos mestres anteriormente citados, não se pode deixar, nos tempos atuais, de apontar as construções teóricas ofertadas por Antônio do Passo Cabral,³ Aroldo Plínio Gonçalves,⁴ Débora Carvalho Fioratto,⁵ Eduardo Scarparo,⁶ Samuel Meira Brasil Júnior⁷ e Teresa Arruda Alvim Wambier⁸ para o tema investigado. Todas únicas e magníficas em seu desenvolvimento consoante as premissas escolhidas. Todas muito contribuíram para a compreensão do objeto analisado.

No que se refere à base de Teoria Geral do Direito apresentada nesta investigação, merecem menção, pela importância que assumiram os seus trabalhos para o deslinde da compreensão do fenômeno jurídico propriamente dito, cada qual com sua própria perspectiva e objetivos, Aurora Tomazini de Carvalho,⁹ Adrian Sgarbi,¹⁰ Francisco Cavalcanti Pontes de

³Cf. CABRAL, Antônio do Passo. **Nulidades no processo moderno**: contraditório, proteção da confiança e validade *prima facie* dos atos processuais. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

⁴Cf. GONÇALVES, Aroldo Plínio. **Nulidades no processo**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

⁵Cf. FIORATTO, Débora Carvalho. **Teoria das nulidades processuais: interpretação conforme a Constituição**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2013.

⁶Cf. SCARPARO, Eduardo. **As invalidades processuais civis na perspectiva do formalismo-valorativo**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

⁷Cf. BRASIL JÚNIOR, Samuel Meira. **Justiça, Direito e Processo**: a argumentação e o direito processual de resultados justos. São Paulo: Atlas, 2007.

⁸Cf. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. **Nulidades do processo e da sentença**. 6. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

⁹Cf. CARVALHO, Aurora Tomazini de. **Curso de teoria geral do direito**: o constructivismo lógico-semântico. 4. ed. ampl. e rev. São Paulo: Noeses, 2014.

¹⁰Cf. SGARBI, Adrian. **Introdução à teoria do direito**. São Paulo: Marcial Pons, 2013.

Miranda,¹¹ Hans Kelsen,¹² Lourival Vilanova,¹³ Marcos Bernardes de Mello,¹⁴¹⁵ Robert Alexy,¹⁶¹⁷¹⁸ Tárek Moysés Moussallem¹⁹ e Torquato Castro Júnior.²⁰

¹¹Cf. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado das ações**. Tomo I. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1970.

¹²Cf. KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Tradução de João Baptista Machado. 8. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

¹³Cf. VILANOVA, Lourival. **Causalidade e relação no direito**. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

¹⁴Cf. MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da existência**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

¹⁵Cf. MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da validade**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

¹⁶Cf. ALEXY, Robert. **Conceito e validade do direito**. Tradução de Gercélia Batista de Oliveira Mendes. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

¹⁷Cf. ALEXY, Robert. **O conceito e a natureza do direito**. Tradução de Thomas da Rosa de Bustamante. 1. ed. São Paulo: Marcial Pons, 2014.

¹⁸Cf. ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

¹⁹Cf. MOUSSALLEM, Tárek Moysés. **Fontes do direito tributário**. 2. ed. São Paulo: Noeses, 2006.

²⁰Cf. CASTRO JÚNIOR, Torquato. **A pragmática das nulidades e a teoria do ato jurídico inexistente**. São Paulo: Noeses, 2009.

10. REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALEXY, Robert. **O conceito e a natureza do direito**. Tradução Thomas da Rosa de Bustamante. São Paulo: Marcial Pons, 2014.

_____. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

ALVIM, José Eduardo Carreira. **Teoria geral do processo**. 11. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

ATAÍDE JUNIOR, Jaldemiro Rodrigues de. Negócios jurídicos materiais e processuais – existência, validade e eficácia – campo-invariável e campos-dependentes: sobre os limites dos negócios jurídicos processuais. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 244, ano 40, p. 393-423, jun. 2015.

AUSTIN, John Langshaw. Unfair to facts. In: _____. **Philosophical papers**. Oxford: University Press, 1961.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 17. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2016.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Processo constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

_____. Teoria Geral do Processo Constitucional. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, v. 90, p. 69-170, jul./dez. 2004.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. **Comentários ao Código de Processo Civil**. V. v (arts. 476 a 565). 15. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

BARROS, Flaviane de Magalhães. Nulidades e Modelo Constitucional de Processo. In: DIDIER JÚNIOR, Fredie (Org.). **Teoria do processo: panorama doutrinário mundial**. V. 2. Salvador: JusPodivm, 2010.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Nulidade processual e instrumentalidade do processo (a não intervenção do Ministério Público e a nulidade do processo). *Justitia*, São Paulo, v. 150, p. 54-66, abr./jun., 1990.

BOBBIO, Norberto. **O positivismo jurídico**: lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 1995.

_____. **Teoria da norma jurídica**. Tradução de Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti. São Paulo: EDIPRO, 2001.

BRAGA, Paula Sarno. Primeiras reflexões sobre uma teoria do fato jurídico processual: plano de existência. **Revista de processo**, São Paulo, v. 32, n. 148, p. 293-320, junho, 2007.

BRASIL. Lei 5.869, de 11 de Janeiro de 1973. Código de processo civil. **Vade Mecum Saraiva**. 18. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. Lei 13.105, de 16 de Março de 2015. Código de processo civil. **Série legislação**. São Paulo: Edipro, 2015.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Vade Mecum Saraiva**. 18. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2014.

BRASIL JÚNIOR, Samuel Meira. **Justiça, Direito e Processo**: a argumentação e o direito processual de resultados justos. São Paulo: Atlas, 2007.

BÜLOW, Oskar von. **Teoria das exceções e dos pressupostos processuais**. Trad. Ricardo Rodrigues Gama. Campinas: LZN, 2005.

CABRAL, Antônio do Passo. Comentários ao artigo 5º do Código de Processo Civil de 2015. In: _____; CRAMER, Ronaldo (coord.). **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. Comentários ao artigo 275 do Código de Processo Civil de 2015. In: _____; CRAMER, Ronaldo (coord.). **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. Comentários ao artigo 276 do Código de Processo Civil de 2015. In: _____; CRAMER, Ronaldo (coord.). **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. Comentários ao artigo 277 do Código de Processo Civil de 2015. In:_____; CRAMER, Ronaldo (coord.). **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. Comentários ao artigo 278 do Código de Processo Civil de 2015. In:_____; CRAMER, Ronaldo (coord.). **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. **Convenções processuais**. Salvador: Juspodivm, 2016.

_____. **Nulidades no processo moderno**: contraditório, proteção da confiança, e validade *prima facie* dos atos processuais. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

_____. O contraditório como dever e a boa-fé processual objetiva. **Revista de processo**, vol. 126, p. 59-80, ago./2005.

_____. Teoria das nulidades processuais no direito contemporâneo. **Revista de processo**, São Paulo, v. 255, p. 117-140, Maio, 2016.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Dimensão processual do princípio do devido processo constitucional. In: **Revista Ibero-americana de Derecho Procesal**. V.1. São Paulo: RT, 2015.

_____. **O novo processo civil brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2015.

_____. O princípio da primazia da resolução do mérito e o novo Código de Processo Civil. **Revista do Tribunal Regional Federal da 3ª Região**, São Paulo, ano XXVII, nº 128, p. 19-24, jan./mar. 2016.

CARNELUTTI, Francesco. **Sistema de direito processual civil**. Trad. Hiltomar Martins Oliveira. 2. ed. V. 3. São Paulo: Lemos e Cruz, 2004.

_____. **Teoria geral do direito**. Tradução de A. Rogrigues Queirós e Artur Anselmo de Castro. Rio de Janeiro: Âmbito cultural, 2006.

CARVALHO, Aurora Tomazini de. **Curso de teoria geral do direito**: o constructivismo lógico-semântico. 4. ed. ampl. e rev. São Paulo: Noeses, 2014.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Direito tributário**: fundamentos jurídicos da incidência. São Paulo: Saraiva, 1998.

CASTRO JÚNIOR, Torquato. **A pragmática das nulidades e a teoria do ato jurídico inexistente**. São Paulo: Noeses, 2009.

CATÃO, Adualdo de Lima. A relação entre prova processual e verdade dos fatos jurídicos diante do pensamento de Pontes de Miranda. **Direitos Fundamentais & Justiça**, Porto Alegre, v. 2, n. 13, p. 184-201, Out/Dez., 2010.

CAVANI, Renzo. Nulidade e o Novo Processo Civil Brasileiro - parte 1: o que significa “alcançar a finalidade?”. In: DIDIER JÚNIOR, Fredie; MACÊDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre (Org.). **Coleção Novo CPC - Doutrina Seleccionada: parte geral**. V.1. Salvador: Juspodivm, 2015.

CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de direito processual civil**. 4. ed. Campinas: Bookseller, 2009.

CONRADO, Paulo César. **Introdução à teoria geral do processo civil**. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Max Limonad, 2003.

COUTURE, Eduardo Jean. **Fundamentos del derecho procesal civil**. 3. ed. Buenos Aires: Ediciones Depalma, 1969.

DALL'AGNOL JÚNIOR, Antônio Janyr. **Invalidades processuais**. Porto Alegre: Letras jurídicas, 1989.

DE GIOVANNI, Biagio. **La nullità nella logica del diritto**. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2012.

DIDIER JÚNIOR, Fredie; Comentários ao artigo 6º do Código de Processo Civil de 2015. In: CABRAL, Antônio do Passo; CRAMER, Ronaldo (coord.). **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. Comentários ao artigo 488 do Código de Processo Civil de 2015. In: CABRAL, Antônio do Passo; CRAMER, Ronaldo (coord.). **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. **Curso de direito processual civil**. V. 1. 17. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Juspodivm, 2015.

_____; CUNHA, Leonardo Carneiro. **Curso de direito processual civil**. V. 3. 13. ed. reform. Salvador: JusPodivm, 2016.

_____. **Fundamentos do princípio da cooperação no direito processual civil português**. Coimbra: Coimbra Editora, 2010.

_____. Negócios jurídicos processuais atípicos no Código de Processo Civil de 2015. **Revista brasileira da advocacia**, São Paulo, v. 1, ano 1, p. 59-84, Abr./Jun. 2016.

_____. Os três modelos de direito processual: inquisitivo, dispositivo e cooperativo. **Revista de processo**. São Paulo, v. 36, n. 198, p. 213-225, ago. 2011.

_____. **Pressupostos processuais e condições da ação: o juízo de admissibilidade do processo**. São Paulo: Saraiva, 2005.

DINAMARCO, Cândido Rangel; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. **Teoria geral do novo processo civil**. São Paulo: Malheiros, 2016.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. 20. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

ENGISCH, Karl. **Introdução ao pensamento jurídico**. Tradução de João Baptista Machado. 9. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.

FAZZALARI, Elio. **Instituições de direito processual**. Tradução de Elaine Nassif. 1. ed. Campinas: Bookseller, 2006.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2003.

FIORATTO, Débora Carvalho. As nulidades processuais e sua conformidade constitucional no novo Código de Processo Civil. **Revista eletrônica de direito processual**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 120-171, jul./dez. 2016.

_____. **Teoria das nulidades processuais: interpretação conforme a Constituição**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2013.

GAMA, Tácio Lacerda. **Competência tributária: fundamentos para uma teoria da nulidade**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Noeses, 2009.

GONÇALVES, Aroldo Plínio. **Nulidades no processo**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

_____. **Técnica processual e teoria do processo**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2012.

GRECO, Leonardo. **Instituições de processo civil**. 5. ed. rev., atual. e ampl. V. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antônio Scarance; GOMES FILHO, Antônio Magalhães. **As nulidades no processo penal**. 11. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

_____; CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo**. 31. ed. rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2015.

_____. **O processo em evolução**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

JORGE, Flávio Cheim. **Teoria geral dos recursos cíveis**. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

JORGE JÚNIOR, Alberto Gosson. **Cláusulas gerais e o novo Código Civil**. São Paulo: Saraiva, 2004.

KELLY, John Maurice. **Uma breve história da teoria do direito ocidental**. Tradução de Marylene Pinto Michael. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

KOMATSU, Roque. **Da invalidade no processo civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1991.

KELSEN, Hans. **Teoria geral das normas**. Tradução de José Florentino Duarte. Porto Alegre: Fabris, 1986.

_____. **Teoria pura do direito**. Tradução de João Baptista Machado. 8. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LACERDA, Galeno. **Despacho Saneador**. 2. ed. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1985.

_____. O Código e o formalismo processual. **Ajuris**, v. 10, n. 28, p. 7-14, jul. 1983.

LEAL, Rosemiro Pereira. **Teoria geral do processo**: primeiros estudos. 9. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

_____. **Teoria processual da decisão jurídica**. São Paulo: Landy, 2002.

MACHADO NETO, Antônio Luiz. **Teoria da ciência jurídica**. São Paulo: Saraiva, 1975.

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico**: plano da existência. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. **Teoria do fato jurídico**: plano da validade. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MONIZ DE ARAGÃO, Egas Dirceu. **Comentários ao Código de Processo Civil**. V. II. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

MOUSSALLEM, Tárek Moysés. **Fontes do direito tributário**. 2. ed. São Paulo: Noeses, 2006.

NERY JÚNIOR, Nelson. **Princípios do processo civil na Constituição Federal**. 8. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil**. 8. ed. Salvador: JusPodivm, 2016.

NOGUEIRA, Pedro Henrique. **Negócios jurídicos processuais**. 2. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Juspodivm, 2017.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. **Comentários ao código de processo civil**. V. 3. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

_____. **Direito, poder, justiça e processo**: julgando os que nos julgam. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

_____. **Esboço de uma teoria das nulidades aplicada às nulidades processuais**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado das ações**. Tomo I. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1970.

_____. **Tratado de direito privado**. Tomo I. 3. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1970.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**: do Romantismo aos nossos dias. V.3. São Paulo: Paulus, 1991.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Manual de direito processual civil**. 5. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

SCARPARO, Eduardo. **As invalidades processuais civis na perspectiva do formalismo-valorativo**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

_____. Invalidades Processuais no Código de Processo Civil de 2015 In: DIDIER JÚNIOR, Fredie; MACÊDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre (Org.). **Coleção Novo CPC - Doutrina Seleccionada**: parte geral. V.1. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2015.

SGARBI, Adrian. **Introdução à teoria do direito**. São Paulo: Marcial Pons, 2013.

_____. **Clássicos de teoria do direito**. 2 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

SOUSA, Miguel Teixeira de. **Estudos sobre o novo processo civil**. 2. ed. Lisboa: Lex, 1997.

_____. Sobre o sentido e a função dos pressupostos processuais (algumas reflexões sobre o dogma da apreciação prévia dos pressupostos processuais na ação declarativa). **Revista de processo**, São Paulo, v. 63, p. 64-84, Jul. 1991.

TESHEINER, José Maria; THAMAY, Rennan Faria Kruger. **Pressupostos processuais e nulidades no novo processo civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 56. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____; NUNES, Dierle; BAHIA, Alexandre Melo Franco; PEDRON, Flávio Quinaud. **Novo CPC – Fundamentos e Sistematização**. 3. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

_____. As nulidades no Código de Processo Civil. **Revista de processo**, São Paulo, v. 30, p. 38-59, Abr/Jun. 1983.

TUCCI, José Rogério Cruz e. Natureza e objeto das convenções processuais. In: CABRAL, Antônio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (Org.). **Negócios processuais**. 2. ed. rev. atual., e ampl. Salvador: JusPodivm, 2016.

VILANOVA, Lourival. **As estruturas lógicas e o sistema do direito positivo**. São Paulo: Noeses, 2005.

_____. **Causalidade e relação no direito**. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

_____. Norma jurídica: proposição jurídica (significação semiótica). **Revista de direito público**, São Paulo, n. 61, p. 12-26, jan./mar., 1982.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; CONCEIÇÃO, Maria Lúcia Lins; RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva; MELLO, Rogério Licastro Torres de. **Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

_____. **Nulidades do processo e da sentença**. 6. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

YARSHELL, Flávio Luiz. Convenção das partes em matéria processual: rumo a uma nova era? In: CABRAL, Antônio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique. (Org.). **Negócios processuais**. Salvador: JusPodivm, 2015.

ZANETI JÚNIOR, Hermes. **A constitucionalização do processo**: o modelo constitucional da justiça brasileira e as relações entre processo e constituição. 2. ed. rev., ampl., alter. São Paulo: Atlas, 2014.